

ENTREVISTA

LEIVA DE FIGUEIREDO VIANA LEAL:

"O mundo mudou. A vida mudou e a escola precisa mudar."

Por Carlos Alexandre Fernandes¹

A professora Leiva de Figueiredo Viana Leal realizou estudos de Pós-Doctor junto ao INRP da França, onde atuou, também, como professora convidada. É Mestre e Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG. Possui dois Cursos de Pós-Graduação *Lato-Sensu* pela PUC MG, tendo se graduado em Letras pela Faculdade de Filosofia de Cachoeiro de Itapemirim, ES. Professora aposentada do ICHS, da Universidade Federal de Ouro Preto. É hoje consultora e pesquisadora da UNESCO e participa como Professora Colaboradora do Grupo de Estudos sobre Transgressões, Imagens e Imaginários (GETII) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atua no Mestrado Profissional de Letras da UFMG. Autora de diversos livros na área da educação linguística, com vasta experiência na formação de professores, atuante em diversos cursos de pós-graduação lato sensu como professora convidada, ela concedeu a seguinte entrevista para a Revista do Instituto de Ciências Humanas.

“Uma verdadeira viagem de descoberta não se resume à pesquisa de novas terras, mas envolve a construção de um novo olhar”. (Marcel Proust)

Carlos: Por que é importante ter uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil?

Leiva Leal: Podemos responder a esta pergunta a partir de três dimensões: a política, a pedagógica e a das políticas educacionais. Do ponto de vista da dimensão política, é importante que educadores e a sociedade em geral entendam que cabem às instituições governamentais do país a comunicação e a socialização daquilo a que aspira para a formação escolar de seus cidadãos, como parte da democracia. Todos os países democráticos têm uma espécie de base que revela, em qualquer lugar do mundo, essa mesma intencionalidade. No Brasil, essa base está prevista na Constituição de 1988, em

¹ Professor Municipal de Língua Portuguesa na Prefeitura de Belo Horizonte; Mestrando em Linguística e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Pós-graduado em Ensino de Língua Portuguesa pelo Instituto de Educação Continuada PUC; Graduado em Letras: Bacharelado em Revisão de Textos e Licenciatura Plena em Língua Portuguesa pela PUC Minas (2010). E-mail: carlosalexfernandes@live.com.

seu artigo 210 e retomada na LDB de 1996, no § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996). A ausência de um documento dessa natureza significa falta de compromisso de seus governantes e, conseqüentemente, a possibilidade de se eximir da responsabilidade do que acontece com a educação de seu país. Do ponto de vista da dimensão pedagógica, é documento que orienta o educador na tomada de decisões e como apoio em suas dúvidas, em seu planejamento: o quê ensinar? Qual momento é mais propício ensinar determinado objeto de conhecimento? Qual estratégia é mais apropriada ao que deseja ensinar e como avaliar? Enfim, um documento indispensável ao educador. Some-se a isso que o referido documento é que deve nortear as políticas públicas voltadas à educação, de modo a convergir os esforços e os investimentos que a implantação da BNCC requer.

Carlos: Em que a BNCC difere dos outros documentos que já regulamentavam o sistema educacional brasileiro?

Leiva Leal: O penúltimo documento, disponibilizado ao debate em 1994 e tornado público em 1996, denomina-se **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Parâmetro significa uma orientação que serviu de base para que os sistemas estadual e municipal e instituições escolares das redes pública e privada elaborassem suas matrizes curriculares. Já a BNCC, publicada neste ano, possui caráter normativo e indica o que todas as escolas do país devem ensinar e o que todos os alunos precisam aprender para uma formação sólida e coerente com o mundo contemporâneo. De acordo com o documento, a BNCC define o “conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais”. Portanto, é referência obrigatória para todas as escolas públicas e privadas do Brasil, na Educação Infantil, no Ensino Fundamental I e II. A BNCC do Ensino Médio encontra-se, nesse momento, em discussão na sociedade, para posterior homologação no Conselho Nacional de Educação.

A BNCC não apresenta uma coleta organizada de conteúdos, mas, essencialmente, de modo criterioso e sistematizado, refere-se às competências e às habilidades que, progressivamente, devem ser desenvolvidas nos alunos. A BNCC não é o currículo da escola. Ela é uma referência obrigatória, é um parâmetro para inspirar a elaboração do currículo, mas não é o currículo. Esse direcionamento não é novidade no Brasil nem no mundo e exige uma mudança profunda de como se compreende o que é educar sujeitos

para viverem no mundo globalizado e em constantes mudanças, em que o que se afirma, inclusive cientificamente hoje, muito brevemente se torna obsoleto. O desafio que a BNCC se propõe a enfrentar é esse: mudar o olhar sobre a essência do que deve ser o foco do ensino na formação dos alunos. Importante lembrar que a proposta curricular de cada governo, ou de cada instituição, deve ser organizada, obrigatoriamente, com 60% dos conteúdos essenciais constantes na BNCC e os 40% restantes podem ser preenchidos com outros objetos de conhecimento, de modo a preservar a cultura, a singularidade e as necessidades de cada estado, município, rede de ensino e escola. O resultado dessa flexibilidade será a existência de currículos comuns e ao mesmo tempo diferenciados. Comuns, na essencialidade da base, e diferentes, pelo que se abre à diversidade e à contextualização sociocultural.

Carlos: A BNCC já foi aprovada pelo Governo Federal (MEC), e agora, nós docentes da rede pública, nos perguntamos: como irá ocorrer a implementação da Base? Há previsão de quanto tempo ela irá perdurar? Como se dará esse controle? Haverá algum tipo de fiscalização pelo MEC? A Sr.^a poderia esclarecer alguns desses aspectos?

Leiva Leal: De acordo com o que tem sido veiculado pelo governo federal, a implementação da BNCC é um trabalho dos governos estadual e municipal e das escolas, com o apoio do MEC. É um processo que envolve governos, gestores, educadores, uma tarefa de todos. Requer reelaboração de propostas curriculares, formação de professores, novos materiais didáticos de apoio às práticas de ensino, dentre outras exigências.

Em 17 de janeiro deste ano, o MEC apresentou à sociedade seu plano de apoio na implementação da base, apontando cinco frentes prioritárias: o estabelecimento de uma governança nas secretarias e o regime de colaboração entre estado e municípios; a reelaboração dos currículos; a formação de professores; o alinhamento de materiais didáticos e a frente de avaliações e monitoramento. O MEC anunciou também um Comitê Nacional de Implementação e repasse de recursos financeiros para apoio aos governos e municípios. Como a homologação da BNCC e as propostas acima apresentadas são muito recentes, é temerosa qualquer afirmação no sentido do que irá efetivamente acontecer. No entanto, os propósitos acima elencados sinalizam que o MEC reconhece onde estão às necessidades e se propõe a agir. É torcer para que esses

propósitos não se transformem em folhas e linhas mortas em gavetas, mas em ações efetivas, por direito e por justiça.

A implementação da BNCC se encontra atrelada à efetividade das propostas do MEC, à liberação de recursos e a quanto os gestores e responsáveis diretos por essa implementação estiverem dispostos a investir. Nesse sentido, por um lado, não há como prever tempo, mas sabe-se que não é com um ano, nem dois, que as mudanças acontecem e, por outro, que as mudanças serão diferentes, quando se leva em conta as disparidades sociais, econômicas e culturais do Brasil. Acredito que fiscalização não será possível, pois não se trata de elementos mensuráveis a curto prazo nem como eleger sobre o que fiscalizar. Mas, por uma ética, é preciso que se monitore o que está acontecendo, não por cerceamento, mas como diálogo para que a educação que queremos e que nossos professores e alunos merecem aconteça.

Carlos: O que muda, na visão da Sr.^a, no ensino de Língua Portuguesa com a BNCC?

Leiva Leal: O ensino de Língua Portuguesa na BNCC continua ancorado na concepção sociointeracionista da linguagem, em que a dialogia ocupa o lugar central, fruto das interações humanas. O foco da atenção é o discurso, considerado um produto das condições de produção, portanto, leva em conta um sujeito da enunciação, situado em um determinado contexto sociocultural. Essa concepção permite tomar os gêneros discursivos como objeto de ensino de Língua Portuguesa, o que já se encontrava anunciado nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Também mantém os eixos de ensino, considerados práticas: leitura, produção de texto, oralidade e análise linguística.

A BNCC acrescenta, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, um novo recorte, com base na teoria dos novos letramentos, dos letramentos múltiplos, do multiletramento e da multimodalidade. Com efeito, volta-se para as mudanças relativas aos meios de comunicação e à circulação da informação; a multissemiose que as possibilidades multimidiáticas e hipermidiáticas do texto eletrônico trazem para o ato de leitura; os letramentos multissemióticos exigidos pelos textos contemporâneos ampliam a noção de letramento para o campo da imagem, da música, das outras semioses e sistemas de signos que não somente a escrita alfabética; os letramentos críticos e protagonistas requeridos para o trato ético dos discursos em uma sociedade saturada de textos.

O documento atual converge suas preocupações para o desenvolvimento de competências para o mundo contemporâneo, em que formar crianças, jovens e adultos, requer outra concepção em relação às linguagens: o reconhecimento de gêneros digitais e práticas de linguagem que povoam a vida e o imaginário dos alunos são materializados em práticas leitoras que interagem com práticas de uso e reflexão no tratamento de fenômenos tão contemporâneos e urgentes como pós-verdade, o efeito bolha e a proliferação dos discursos de ódio. Processos, ações e atividades tão corriqueiras como “curtir, comentar, compartilhar” podem associar-se a outros tratos com gêneros hipermediáticos como postagens, réplicas, edições que propiciem tanto o desenvolvimento de habilidades de análise e compreensão de mecanismos persuasivos quanto empatia, posicionamento, denúncia, habilidades outras, não restritas à dimensão cognitiva. Tudo isso pode ajudar e legitimar o trabalho daqueles que se empenham por ligar a realidade da escola à realidade da vida. Nesse sentido, o documento é marcadamente atual e não se esquivava em chamar a atenção para o que significa desenvolver o uso das linguagens como formação cidadã, no mundo não só de múltiplas linguagens, mas de múltiplos sujeitos e de múltiplas condições de produção.

Há, ainda, no documento, uma novidade: estruturação das unidades de ensino pelos campos de atuação, o que confirma a orientação de tomar a linguagem em seu funcionamento discursivo: campo artístico-literário; campo das práticas de estudo e pesquisa; campo jornalístico-midiático; campo de atuação de vida pública; (EF I e II). Para cada campo de atuação, os objetos de conhecimento e as habilidades estão organizados a partir das práticas de linguagem e distribuídos pelos nove anos em dois segmentos (Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Ensino Fundamental – Anos Finais), dadas as especificidades de cada segmento as competências. Particularmente, gostaria de destacar ainda que as habilidades expressas na BNCC ganharam em qualidade. Não que aquelas que se encontram nos Parâmetros tenham problemas, mas a BNCC, captando os avanços teóricos e metodológicos da área de linguagem, as incorpora nas habilidades. Vejamos dois exemplos:

1 Campo jornalístico-midiático

(EF69LP01) Diferenciar liberdade de expressão de discursos de ódio, posicionando-se contrariamente a esse tipo de discurso e vislumbrando possibilidades de denúncia

quando for o caso: a) Qual a operação mental aqui esperada? Diferenciar. b) Qual o objeto de conhecimento? Discursos. c) Com qual modificador? Por meio da distinção de discursos e do posicionamento pessoal a respeito do que é veiculado.

2 Campo dos estudos e da pesquisa

(EF69LP36) Produzir, revisar e editar textos voltados para a divulgação do conhecimento e de dados e resultados de pesquisas, tais como artigos de divulgação científica, verbete de enciclopédia, infográfico, infográfico animado, *podcast* ou *vlog* científico, relato de experimento, relatório, relatório multimidiático de campo, dentre outros, considerando o contexto de produção e as regularidades dos gêneros em termos de suas construções composicionais e estilos. a) Qual a operação mental aqui esperada? Produzir, revisar e editar. b) Qual o objeto de conhecimento? Gêneros do discurso de divulgação científica. c) Com qual modificador? Considerando o contexto de produção e de circulação e de recepção do gênero.

Enfim, o documento conta que cada profissional esteja disposto a se atualizar permanentemente, a buscar estratégias de ensino que conduzam à multiplicidade de linguagens e às situações de enunciação tão variadas em nossa sociedade e que tenha desenvolvido nele mesmo as competências e as habilidades que deseja ensinar.

Carlos: De que forma os alunos que já estão inseridos na escola terão que se adaptar à BNCC? Como isso se dará?

Leiva Leal: Se você se refere à adaptação de conhecimentos e de desenvolvimento de habilidades, tudo vai depender das práticas que ele já vivencia na escola. Se a escola já se pauta no direcionamento de olhar para o aluno como um ser que desenvolve competências e habilidades, tudo será mais fácil. É preciso deixar claro que nenhuma mudança ocorre de um dia para o outro. É histórica e contextualizada e deve fazer parte da vida de uma escola que deseja o melhor para seus alunos. Vale lembrar que não se trata apenas de mudanças de concepções, mas isso inclui alterar relações com o livro didático, com manuais de ensino e com tantos outros materiais que se arvoram a dizer ao professor o que ele deve ensinar e aos alunos o que eles devem aprender. O mundo mudou. A vida mudou e a escola precisa mudar.

Carlos: Em termos práticos, alguma instituição ou rede de ensino poderá recusar-se à aplicação da BNCC?

Leiva Leal: Primeiro, como já dito, a BNCC tem caráter normativo, mas com flexibilidade para a organização curricular, às formas de ensino e de inserção de outros. Conteúdos. Para recusar, é preciso colocar alguma coisa no lugar. Educar é coisa séria, define a vida das pessoas.

O grande educador Paulo Freire já chamava a atenção no sentido de que os bons educadores não devem ser espontaneístas, dizendo que são libertários. Ensinar com e para a libertação não significa ensinar qualquer coisa e por isso não se pode confundir espontaneísmo com libertação e transformação. Em termos do que ensinar, a recusa é um mal aos alunos que passarão por isso, sem nem mesmo terem sido consultados. Quanto ao modo de organização e à tomada de outras decisões, pode recusar, mas que coloque no lugar algo verdadeiramente novo, capaz de dar aos que mais precisam a educação que os liberte e os faça felizes e participantes da construção de um mundo melhor.

A Escola da Ponte, modelo exitoso de uma escola alternativa, dinâmica, aberta em Portugal, ainda que não se organize por séries escolares, nem por disciplinas, se organiza por projetos e, junto dos alunos estão especialistas em diferentes disciplinas, ajudando e mediando a resolução de um problema, a resolver um desafio, a produzir um objeto. A recusa pela simples recusa não faz sentido algum. São inúteis, porque não levam a lugar nenhum. Gosto do conceito de transgressão, no sentido proativo, que incita novos modos de ver o mundo e de realizar nossas incumbências na vida.

Carlos: Sobre as avaliações sistêmicas, como a Prova Brasil e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), o próprio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), de que modo deverão se adaptar à BNCC?

Leiva Leal: Todas essas avaliações deverão respeitar e se adaptar à BNCC. Certamente sofrerão mudanças, pois as ações devem se integrar. Quando a BNCC do Ensino Médio for homologada, o próprio Enem sofrerá alterações. Mas são ações que serão desenvolvidas a curto, a médio e em longo prazo.

Carlos: A BNCC foi inspirada em algum modelo de ensino internacional para espelhar a construção do padrão de educação brasileiro?

Leiva Leal: Em um modelo específico não, mas em todos os países democráticos, as orientações curriculares se pautam nos objetivos, nas competências, nas habilidades. Alguns com marcas bem precisas do que ensinar em que cada etapa ou ciclo da escolaridade e cujas avaliações seguem rigorosamente o que esses documentos orientam e indicam.

Carlos: Um dos grandes desafios da aplicação da BNCC diz respeito à formação docente. Como a Sr.^a imagina que será a implementação de uma Base por área se professores são especialistas formados por disciplinas? Ou seja, o professor de determinada matéria vai se tornar um professor de uma área?

Leiva Leal: Embora a expectativa seja a de um trabalho por área, o ensino continua precisando do especialista. A formação por disciplinas vai continuar, porque não se pode prescindir do especialista. O que precisa mudar são as práticas. Não haverá trabalho por área se não houver especialistas que deverão se juntar para resolver um desafio, um problema, a encontrar respostas para questões ainda não compreendidas. A mudança necessária e que compõe a área é a saída de um paradigma disjuntivo para o juntivo ou complexo, no dizer de Morin, em muitas de suas obras. Assim, a questão não é a de formação por área, mas a formação para modos diferenciados de organizar o que se deseja que os alunos desenvolvam. Esse é um debate fundamental, mas que, lamentavelmente, não cabe aqui, nesse espaço.

Carlos: O professor da rede pública de ensino possui certa autonomia na hora de ensinar. Ele continuará com a mesma autonomia, já que a Base define o que ensinar, mas não como fazê-lo?

Leiva Leal: As redes de ensino têm autonomia para elaborar ou adequar os seus currículos, de acordo com o estabelecido na BNCC, assim como as escolas têm a prerrogativa de contextualizá-los e adaptá-los a seus projetos pedagógicos, de definir as estratégias de ensino, as formas de abordagem, o processo de avaliação etc. Com a BNCC, a autonomia das escolas e das redes de ensinos será não apenas mantida, mas também estimulada, porque ela não é uma camisa de força. Nem poderia ser diferente, em um país tão multifacetado e plural.

Carlos: Na sua leitura a respeito da BNCC, com ela se resolvem os graves problemas da educação brasileira, conforme anúncio governamental?

Leiva Leal: Por si só, esse documento não mudará o cenário atual. Para que transforme a vida de milhões de crianças e adolescentes, será indispensável uma estreita colaboração entre todas as esferas de governo e a participação decisiva de todos. A tarefa de implementação da BNCC é uma obra coletiva que deve traduzir o empenho da sociedade e do Estado brasileiro para promover a aprendizagem de todos os alunos. Portanto, sozinha não resolve. Sem uma articulação de políticas públicas que se juntem às educacionais, pouco se resolverá.

A educação está diretamente ligada às necessidades básicas do ser humano. Saúde, alimentação, moradia, Os desfavorecidos na ordem social, econômica cultural são os mesmos desfavorecidos em suas trajetórias ou na ausência de trajetórias. Começemos pela explícita e necessária formação de professores para atuar, a partir do que a base preconiza. Por exemplo, há anos o debate sobre o ensino de competências e de habilidades circula nas escolas, nas instituições formadoras, em cursos de formação inicial e continuada e, no entanto, com raras exceções, a escola continua presa a ensinar conteúdo pelo conteúdo. Questão de formação ou de mudança de paradigma? Qualquer que seja a resposta, o que temos são milhares de alunos desprovidos de condições reais de se integrar e de encontrar seu lugar no mundo que exige, exatamente, competências. O governo federal sinaliza que haverá formação de professores, mas são informações vagas, sem que as estratégias e modos como essa formação será efetivada ainda não estejam postas e claras.

Carlos: Para a Sr.^a, a BNCC respeita as características regionais dos diversos estados brasileiros? Atende à grande variabilidade e diversidade que temos em nosso país?

Leiva Leal: Não é possível atender, de modo particularizado, a todas as regiões do país, nem a grupos separados, qualquer que seja a necessidade, pois, como você mesmo diz, somos o país da diversidade e da variedade, nas diferentes dimensões da vida. Mas o documento deixa bem claro que caberá a cada órgão ou instituição, adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. Como já dito antes, os conteúdos básicos comuns são indispensáveis a todo cidadão brasileiro, ocupando essa parte os 60% indicados no documento. Para atender às suas diversidades e às necessidades locais, há os 40% do currículo que devem ser tomados pela inserção de elementos da cultura das regiões e por suas necessidades locais.

Algumas das obras da professora Leiva Leal (como autora ou coautora): interessada por estudos e investigações relacionadas às práticas de ensino de leitura e de escrita na escola, Leiva Leal publicou, entre outros:

- Ler e escrever: exercício de cidadania
- A Escrita Aprisionada: uma análise da produção de texto na escola
- Professor-leitor, aluno-autor (coautoria)
- Alfabetização e Letramento: contribuições para a prática pedagógica
- A Formação do produtor de texto nas séries iniciais